

Credor insiste em receber iuro atrasado

O chairman do Citicorp, John Reed, e o vice-presidente do Banco de Tokyo, Eiichi Matsumoto, que representam dois dos maiores bancos comerciais credores do Brasil, voltaram a insistir ontem, durante mesa-redonda de encerramento do seminário **A Renegociação da Dívida Externa**, promovido pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado (Cedesen), na necessidade de o Brasil pagar os juros da dívida externa que se encontram atrasados, como única forma capaz de o País voltar a ter um bom relacionamento com a comunidade financeira internacional.

“Acredito que o ponto central do processo de renegociação da dívida brasileira não é o simples fato de se conseguir uma redução, mas a necessidade de o Brasil voltar a crescer”, disse John Reed. “Se for somente uma questão de redução, então, bastaria apenas não pagar e perder o acesso ao mercado de capital”.

Bem mais incisivo que o chairman do Citicorp, e vice-presidente do Banco de Tokyo, Eiichi Matsumoto, lamentou a condução da política econômica no Governo anterior e pediu o cumprimento do princípio da lealdade e da sinceridade ao lembrar que as condições acertadas quando da concessão do financiamento não estão sendo respeitadas. “Os juros não estão sendo pagos”, destacou.

“O primeiro passo para restabelecer a credibilidade da comunidade financeira internacio-

nal em relação ao Brasil é eliminar o quanto antes essa situação de inadimplência em relação ao pagamento de juros”, advertiu Matsumoto acrescentando que, para o Brasil, não existe outro meio eficaz para retomar o crescimento sem inflação a não ser recorrendo ao capital externo.

EFEITO PSICOLÓGICO

Matsumoto alertou que o não-pagamento dos juros em atraso pode levar a consequências nefastas sobre os balancetes trimestrais dos bancos. “ao contrário”, disse, “o pagamento seria uma demonstração de seriedade do Governo brasileiro e estaria mais de acordo com uma postura de harmonia e cooperação”.

O vice-presidente do Banco de Tokyo comentou a iniciativa brasileira de convidar os 30 maiores bancos credores para virem a Brasília e, no período de 20 de agosto a 14 de setembro, iniciar consultas sobre a renegociação. Segundo ele, seria mais rápido e objetivo manter essas consultas a nível do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, pois trata-se de uma negociação complexa e que requer muito tempo para conciliar todas as posições dos bancos.

John Reed destacou que o pagamento dos juros é importante psicológica e economicamente, pois ajuda a criar condições positivas de entendimento. “Basta ver os antecedentes das negociações com países que serviram-se

do Plano Brady para reduzir suas dívidas”, disse. “Para o Brasil é importante perceber essa psicologia, o que ajudaria tanto em nível de sua reputação no mundo exterior como facilitaria o acesso aos recursos necessários para a retomada de seu crescimento”.

Reed lembrou que, olhando-se de fora para dentro, tem-se a visão de que o Brasil tem mais capacidade de pagar do que outros grandes devedores. “Não temos dito que há necessidade de novos ajustes internos. As condições existem, o País pode crescer e podemos chegar a um acordo que permita um crescimento com conta corrente negativa, como ocorre com o México, Austrália e Estados Unidos”, disse.

DIFICULDADES

Segundo o embaixador especial para assuntos da dívida externa, Jório Dauster, a questão dos atrasados não pode ser analisada em separado e muito menos pode ser vista como uma arma a ser utilizada contra os credores. “Este ano temos duas restrições ao pagamento desses atrasados: a restrição cambial e a restrição fiscal”, explicou. “Para que se tenha uma idéia de nossas dificuldades, os atrasados já se aproximam do montante de nossas reservas internacionais — que giram em torno de oito bilhões de dólares, de acordo com os últimos dados divulgados”.

Jório também tentou apagar a imagem de que o Brasil não vem pagando a nenhum de seus credores. “Isso não é verdade”, disse. “O Brasil tem pago regularmente as linhas de curto prazo, os financiamentos posteriores a março de 1983, as agências governamentais e os organismos multilaterais”.

O embaixador especial para assuntos da dívida externa explicou que os atrasados têm, para o Governo, um aspecto meramente contábil e de caixa. “É como se tivéssemos uma granada num avião. Sofrem o avião e os passageiros. Sofrem os bancos em seus balancetes trimestrais, mas sofre muito mais o País”.